

Lewandowski assume, expõe aliança do governo com STF e foca a segurança

Maioria dos ministros do Supremo comparece à cerimônia do novo titular do Ministério da Justiça

BRASÍLIA A posse de Ricardo Lewandowski no Ministério da Justiça com a presença de oito integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal) no Palácio do Planalto selou em definitivo a aliança nos bastidores entre o governo Lula (PT) e a cúpula do Judiciário do país.

No discurso desta quinta (7), Lewandowski prometeu focar na segurança pública e falou da importância de combater o crime organizado, delitos digitais e milícias, além de enaltecer a presença dos antigos colegas de Supremo. Só os ministros Edson Falcão e André Mendonça não estiveram presentes, este indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para a corte. O ministro Kassio Nunes Marques, o outro escolhido do ex-mandatário, compareceu à solenidade e foi exaltado por Lewandowski, que o chamou de "irmão".

A presença dos integrantes do Supremo na cerimônia, segundo disse Lula, demonstra o "afeto e reconhecimento" deles em relação ao novo ministro da Justiça.

O Tribunal atualmente tem 11 membros — a formação completa tem 11. O décimo primeiro será Flávio Dino, que deixa a pasta da Justiça e assumirá um assento no Supremo em 22 de fevereiro.

Em janeiro, Lula disse que escolheu Dino para o STF "por queira alguma coisa com 'cabeça política'". Lewandowski integrou o Supremo de 2005 a abril de 2023, quando saiu ao completar 75 anos — idade máxima para ministros.

A troca na Justiça teve dois eventos nesta quinta. O primeiro foi a posse no Planalto, o segundo, a transmissão de cargo na própria pasta.

Os dois ocorreram em principais salões dos prédios e foram, na posse, advogados, integrantes do Judiciário, do Executivo e os ex-presidentes José Sarney e Fernando Collor, que não costumam comparecer a esses eventos.

No primeiro discurso, Lewandowski disse que o crime organizado é um dos desafios da pasta. "Antes restrito às áreas periféricas, onde



O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, cumprimenta amigos. Foto: Laryssa/Folhapress.

o estado se mostrava ausente, era ambientes prisionais, hoje se desenvolve em toda a parte, com usas dedicadas e em modelos empresariais."

Disse ainda que o crime organizado também se infiltra em órgãos públicos. "Especialmente naqueles ligados à segurança e à multiplicar empresas de fachada", declarou.

Voltou a defender alternativas ao encarceramento. "Não basta exacerbar as penas previstas na legislação criminal, que já se mostram bastante severas. Não adianta dificultar a progressão prisional, importante instrumento de ressocialização", afirmou.

No segundo evento, o salão do Ministério estava lotado de servidores, advogados, autoridades do Judiciário e ministros de Lula. O próprio presidente e ministros da Corte não estiveram presentes.

As falas foram curtas. Dino foi aplaudido de pé e falou como sua gestão teve o mesmo propósito o combate às

desigualdades. "Só há democracia quando há justiça social, só há democracia quando há oportunidade para todos. Essa é a nossa luta", disse, desejando sorte ao sucessor.

Lewandowski disse que sua gestão será de continuidade, sinalizando o prosseguimento dos programas, sem mencionar nenhum especificamente.

"Quando fizemos reunião entre equipes, [eu] disse que não estávamos fazendo transição, mas continuidade, porque nossos objetivos, nossos metas são exatamente coincidentes, e a pior coisa que pode acontecer numa administração é que não haja continuidade nos projetos e programas", disse.

Também foram oficializados os nomes dos nove secretários. Destes, cinco seguem ocupados por pessoas da equipe de Dino. O comando da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal também se mantiveram inalterados.

Segundo integrantes da

equipe de Lewandowski, a transição será, de fato, lenta e sem muita mudança.

No primeiro evento, Lula disse que o governo federal e a PF não perseguem ninguém e apenas fazem seu trabalho.

A declaração ocorre na mesma semana em que a PF fez uma operação contra o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, que acusa integrantes da corporação e do Judiciário de perseguição política.

Lula disse que ministros do STF recebem um "salário irrisório em função da qualidade" do cargo que ocupam e que achou que Lewandowski poderia querer se aposentar após deixar o STF, em vez de assumir outro cargo público.

Ele também elogiou Dino. "Não é em qualquer momento da história que uma nação tem o direito de entregar para a Suprema Corte uma pessoa do Flávio Dino. E não é qualquer momento histórico

Saiba quem entra e quem sai do MJ

MINISTRO DE ESTADO
Sai Flávio Dino
Entra: Ricardo Lewandowski

SECRETARIA EXECUTIVA
Sai Ricardo Capellari
Entra: Manoel Carlos, que já foi assessor de Lewandowski

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Sai Tadeu Alencar
Entra: Mário Sarubbio, ex-procurador-geral de Justiça de SP

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS
Sai Rafael Velasco
Entra: André Garcia, ex-secretário do ES

SECRETARIA DE ACESSO À JUSTIÇA
Sai Marivaldo Pereira, agora secretário-executivo adjunto do MJ
Entra: Sheila de Carvalho, advogada que já atuava na pasta

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
Sai Augusto Botelho
Entra: Jean Uema, que integrou a equipe de Alexandre Padilha

SECRETARIA DO CONSUMIDOR
Fica: Wágil Damos

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
Fica: Marta Machado

SECRETARIA DE CONTAS LEGISLATIVAS
Fica: Elias Vaz

SECRETARIA DE DIREITOS DIGITAIS
Fica: Estela Ararhá

POLÍCIA FEDERAL
Fica: André Passos

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Fica: Fernando Oliveira

que uma nação pode entregar, para ser ministro da Justiça, um homem da qualidade do Lewandowski", disse.

Quando ministro do STF, Lewandowski ficou conhecido por atuar de maneira alinhada aos governos petistas.

Ele seguiu próximo ao governo de Lula, de quem é amigo, mesmo após deixar o Supremo e chegar a integrar a comitiva que viajou aos Emirados Árabes Unidos, a COP-28. Também esteve sempre entre os favoritos para ser ministro do governo, especialmente depois de Lula desistir de nomear uma mulher para a vaga.

Ele chefiou a corte de 2014 a 2020, tendo presidido o julgamento do impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

Dino ficará 21 dias no Senado e assumirá vaga na Corte dia 22.

De saída do Ministério da Justiça, Flávio Dino (PSB) exercerá o mandato de senador por poucas semanas antes de assumir uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal. Senador pelo Maranhão, estava licenciado do cargo no ministério do governo Lula. Ele irá, agora, atuar no Legislativo por 21 dias.

No dia 22 de fevereiro, tomará posse para a vaga aberta no STF com a aposentadoria de Rosa Weber.

Na posse de Ricardo Lewandowski no Ministério, ele já utilizou o broche de senador. Dino disse que deseja apresentar cinco projetos de lei quando estiver no Senado. E que um dos textos tem como objetivo "impedir o acampamento em porta de quartel".

"O segundo projeto de lei é um tema de segurança pública sobre prisão preventiva e audiência de custódia, fruto de reflexão desses meses", disse, sem detalhar a proposta.

O terceiro projeto, disse ele, é relativo à destinação do Fundo Nacional de Segurança Pública para reconhecimento de mérito de policiais.

Suplente de Dino, Ana Paula Lobato (PSB-MA) cumpre o mandato no período em que Dino foi ministro da Justiça.

Ele foi aprovado em substituição no Senado em dezembro para a vaga no Supremo. Lula assinou a nomeação no STF na última quarta-feira (31).

Matheus Teixeira, Mateus Vargas, Marianna Holanda e Raquel Lopes

Governo pode enviar projeto para repor verbas de emendas até Carnaval, diz Tebet

Renato Machado

BRASÍLIA A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse nesta quinta (7) que o "previsto" que o governo federal encaminhe ao Congresso Nacional projeto de Lei do Congresso Nacional para repor o corte de emendas de comissão.

As sanções ao Orçamento no mês passado, o presidente Lula (PT) havia promovido voto de R\$ 6,6 bilhões em emendas de comissão dos parlamentares. A medida provocou grande reação no Congresso.

"É o próximo passo e [decidi] em que momento nós vamos apresentar um PLN [Projeto de Lei do Congresso Nacional], se vamos aguardar ou não o relatório [o relatório de receitas e despesas primárias]", afirmou a ministra.

Ela disse que o relatório poderia dar mais segurança jurídica, mas, por outro lado, poderia fazer o governo perder timing. "Então, pode acontecer, mas provável que aconteça, que a gente mande o PLN após o Carnaval ou às vésperas do Carnaval, isso nós vamos discutir um PLN da recomposição, aí a recomposi-

ção, daquele corte de 5,6 bil. Mas não está ainda definido".

Tebet participou nesta quinta da cerimônia de posse do novo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Ela foi questionada por jornalistas de onde viriam os recursos para recompor essas emendas que foram cortadas.

A ministra citou inicialmente o corte de R\$ 28 bilhões, de despesas que estavam alocadas ao IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo). Esses recursos estavam inicialmente carimbados a definição do índice.

Como a inflação oficial registrada saiu menor do que o governo previa ao enviar o Orçamento, os recursos cairiam de R\$ 32 bilhões para R\$ 28 bilhões, mas agora poderia ser descondicionados para serem usados.

Tebet citou que a prioridade é fazer o governo perder timing. "Então, pode acontecer, mas provável que aconteça, que a gente mande o PLN após o Carnaval ou às vésperas do Carnaval, isso nós vamos discutir um PLN da recomposição, aí a recomposi-

ção, daquele corte de 5,6 bil. Mas não está ainda definido".

Tebet participou nesta quinta da cerimônia de posse do novo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Ela foi questionada por jornalistas de onde viriam os recursos para recompor essas emendas que foram cortadas.

A ministra citou inicialmente o corte de R\$ 28 bilhões, de despesas que estavam alocadas ao IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo). Esses recursos estavam inicialmente carimbados a definição do índice.

Como a inflação oficial registrada saiu menor do que o governo previa ao enviar o Orçamento, os recursos cairiam de R\$ 32 bilhões para R\$ 28 bilhões, mas agora poderia ser descondicionados para serem usados.

Tebet citou que a prioridade é fazer o governo perder timing. "Então, pode acontecer, mas provável que aconteça, que a gente mande o PLN após o Carnaval ou às vésperas do Carnaval, isso nós vamos discutir um PLN da recomposição, aí a recomposi-

ção, daquele corte de 5,6 bil. Mas não está ainda definido".

Simone Tebet
ministra do Planejamento

o Congresso Nacional na volta dos trabalhos legislativos. A medida, no entanto, já provocou uma reação da parte dos parlamentares, que indicaram que o veto de Lula pode ser derrubado. O corte atingiu principalmente os ministérios que são comandados por indicados pelo centrão.

Comunicações, Turismo, Esporte, Integração e Desenvolvimento Regional estão entre as pastas que mais sofreram cortes de emendas, recursos que congressistas enviavam para obras e projetos em seus estados eleitorais, com isso, colhem capital político.

O ministérios são chefiados por União Brasil e PP e os ministros foram indicados pelo grupo político do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e pelo presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Pastas mais ligadas a Lula, como Saúde, Mulheres, Igualdade Racial, Povos Indígenas e Meio Ambiente, foram poupadas no primeiro momento, com as retiradas da previsão orçamentária deste ano.

O centrão, por sua vez, não teve espaço para que o governo Lula cumpra a promessa de devolver R\$ 6,6 bilhões que foram cortados das emendas de comissões. Por isso cresce a pressão para que esse veto seja derrubado pelo Congresso.

MPF arquiva inquérito civil contra Torres e Ibaneis por 8/1

Marcelo Rocha

BRASÍLIA A Procuradoria da República no Distrito Federal arquivou uma série de investigações por improbidade administrativa instauradas contra autoridades em razão do 8 de janeiro.

Eram alvos o ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres, o governador Ibaneis Rocha (MDB), e integrantes da cúpula da Polícia Militar do DF.

O órgão entendeu que não foi possível apontar conduta dolosa nem identificar elementos probatórios de ação intencional por parte de Torres — que foi ministro da Justiça na gestão de Jair Bolsonaro (PL) — e demais investigados.

Na seara criminal, Torres e Ibaneis seguem sob investigação da PGR (Procuradoria-Geral da República), em inquérito chamado STJ (Supremo Tribunal Federal) sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes. Oficiais da PM foram denunciados pela PGR por omissão.

Autor do ato de arquivamento no caso de Torres, o procurador Carlos Henrique Martins Lima afirmou não ter verificado conduta

intencional de facilitar os atos criminosos.

Para ele, o ex-titular da Segurança Pública do DF "não teve meios suficientes para impedir as graves consequências das invasões". Isso teria ocorrido diante das informações que circulavam no âmbito dos órgãos de Segurança no dias anteriores aos fatos, que "apontavam baixa adesão ao movimento", além de uma "repentina mudança no perfil dos participantes (diverso do caráter ordeiro dos acampados nos meses anteriores)".

Outro ponto abordado por Lima foi o fato de Torres ter assinado um plano com diretrizes para serem adotadas pelos órgãos envolvidos na segurança do DF, o que "indica que não houve omissão [de Torres] no cumprimento de suas funções legais".

As decisões relacionadas a Torres, Ibaneis e aos oficiais da PM serão encaminhadas para análise da 5ª Câmara de Coleção e Revisão (Combate à Corrupção). O colegiado pode chegar a um entendimento diverso e determinar a reabertura da apuração, que neste caso é distribuída a um outro procurador.